

DESAFIOS EFPCs 2019

Investimentos e Solvência



O jornal diário dos
ancepianos.
1º de março - 8h30

INVESTIMENTOS E SOLVÊNCIA: SUPER EVENTO VOLTA LOGO APÓS O CARNAVAL



Os ancepianos já se mobilizam para o seminário **Desafios EFPCs 2019: Investimentos e Solvência**, que após quatro bem sucedidas apresentações (foto de Brasília) vai acontecer agora em março no **Rio de Janeiro** (dia 12) e **São Paulo** (13).

E o evento, que já contou com mais de 250 inscrições em suas quatro apresentações já realizadas, atrai ainda mais porque o público vem participando intensamente dos debates, encontrando como interlocutores ativos diretores e técnicos da PREVIC, que ajudam a esclarecer dúvida e no encaminhamento de sugestões que reverterão mais à frente no aprimoramento das normas.

A Resolução CMN 4661, que trata dos investimentos, é uma das normas que estão sendo vistas com particular atenção. E até nisso o evento é oportuno, uma vez que, nota o Presidente Roque Muniz, os debates que vêm proporcionando seguramente irão contribuir para um maior grau de acerto dos normativos que estão por vir. Observa por sua vez Antônio Fernando Gazzoni, Diretor da Mercer, que nesse caso a ideia está sendo usar o evento para um aprofundamento que ajude a esclarecer em especial os vários aspectos táticos e operacionais que a resolução envolve. Se faz um mergulho profundo nos detalhes das ações que as entidades precisarão realizar, especialmente no que diz respeito aos controles.

Mesmo porque o que se está vendo é um debate do qual o público presente vem participando intensamente. Há também a destacar a participação de um número expressivo de dirigentes e conselheiros.

O mesmo em relação às novas normas de solvência (Resolução 30), que além de consolidar normativos anteriores trouxe novidades. Entre o que há de novo Gazzoni cita o financiamento vitalício, sendo que o evento será uma oportunidade de passar orientações quanto as formas de calcular e apontar aquelas situações onde tal forma de financiar apresenta mais vantagens que desvantagens e vice-versa. Vai-se trabalhar com muitos exemplos.

Mesmo a Resolução do CGPAR, do final do ano passado, mesmo estando direcionada para as patrocinadoras ainda assim é fácil prever que terá reflexos sobre as entidades. E não apenas sobre aquelas patrocinadas por estatais federais, mas também as que se encontram na mesma situação nos Estados e municípios. O assunto requer atenção redobrada especialmente em função do número de estados obrigados a renegociar as suas dívidas com a União e em vias de serem levados a privatizar as suas estatais.

Conselhos: anuidade poderá ser paga sem acréscimo até 31 de março

Os profissionais e as organizações contábeis que não efetuaram, em janeiro ou em fevereiro, o pagamento da anuidade do exercício de 2019 aos respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) têm até o dia 31 de março para pagar o valor integral ou a primeira parcela, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.533/2018.

Ainda de acordo com a Resolução, a anuidade integral, paga após 31 de março, terá seus valores atualizados, mensalmente, pelo IPCA e será acrescida multa de 2% e juros de 1% ao mês.

A Resolução CFC n.º 1.553/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 29 de novembro de 2018, define os valores das anuidades para contadores, técnicos em contabilidade e organizações contábeis para o próximo exercício. A mesma resolução também traz valores de taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). (**CFC-ANCEP**)

EFD-Reinf: Está disponível ferramenta de bloqueio do portal

Está implementado o instrumento de bloqueio do Portal Web da EFD-Reinf.

Esse instrumento é de utilização facultativa e permitirá ao contribuinte, caso julgue necessário, bloquear o envio de informações à EFD-Reinf através do Portal Web (eCAC). Dessa forma, esse contribuinte deverá prestar suas informações através de Web Service (software da empresa), informa o **PORTAL CONTÁBEIS**.

Para realizar o referido bloqueio, o contribuinte deverá entrar com o certificado digital da matriz (ou do responsável legal), acessar o menu "Manutenção" da EFD-Reinf e marcar a opção desejada.

Funcef vai buscar novas reparações na Justiça

A Funcef espera obter novas reparações na Justiça por investimentos malfeitos, a exemplo do acordo feito com a J&F em 2017. Todo o dinheiro será revertido para atenuar o equacionamento do déficit em curso, mas ainda não é possível prometer uma redução das contribuições extraordinárias, segundo o novo presidente da entidade, Renato Villela, entrevistado pelo **VALOR ECONÔMICO**. A fundação, dona de um patrimônio de mais de R\$ 65 bilhões, foi pioneira em atuar como assistente de acusação do Ministério Público Federal (MPF) na Operação Greenfield, que desde 2016 investiga desvios em fundos de pensão - a estratégia visa evitar longos processos judiciais.

Assim como na Petros, o equacionamento da Funcef vem sendo questionado na Justiça por participantes. Apesar de considerar a situação "perfeitamente compreensível", o economista afirma que existe uma "indústria da judicialização", que vende uma ideia de vitória, que não se concretiza. Isso porque, segundo ele, a área jurídica da Funcef vem tendo um "sucesso expressivo" em reverter decisões eventualmente desfavoráveis à entidade.

"É uma contradição porque os participantes colocam em risco os próprios planos. Aquele que ganha em detrimento dos que não entraram [na Justiça] acabam antecipando recursos que receberiam no futuro", afirmou. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) já alertou que o não cumprimento dos acordos pode causar problemas para alguns planos.

Além das reparações, outra expectativa de melhora - e que pode atenuar os impactos do equacionamento - está nos resultados da fundação em 2018, que devem apresentar superávit pela primeira vez desde 2010. Até novembro, estava em R\$ 1,66 bilhão.

Antes de ingressar na Funcef, em 2016, como diretor de participações, Villela foi secretário de Fazenda do Rio e de São Paulo. Também foi diretor financeiro do comitê organizador das Olimpíadas Rio 2016, secretário-adjunto do Tesouro no Ministério da Fazenda e economista no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Fundos de pensão: BRF sofre seu maior prejuízo mas aponta sinais de recuperação

A BRF chegou ao fundo do poço em 2018, mas os primeiros sinais de recuperação começam a aparecer. Essa foi a indicação dos principais executivos da companhia, que divulgou seu balanço anual ontem. A interpretação de analistas e investidores, porém, não foi a mesma. No mercado, ainda há muitas dúvidas sobre a capacidade de recuperação da dona de Sadia e Perdigão, o que continua pressionando as ações. A notícia está nos jornais **DCI**, **O ESTADO DE S. PAULO**, **VALOR ECONÔMICO** e **FOLHA DE S. PAULO** e nos interessa na medida em que Petros e Previ detém fatia de 22% na companhia. Ontem, os papéis da BRF caíram 4,8%.

No acumulado de 2018, o prejuízo alcançou o recorde de R\$ 4,4 bilhões, 306,4% mais do que o total de R\$ 1,1 bilhão reportado no ano anterior.

Ao dar a notícia um dos jornais lembra que no ano passado, os fundos de pensão Petros e Previ, os dois maiores acionistas da BRF, lideraram um movimento para destituir o empresário Abilio Diniz da presidência do conselho de administração. Abilio foi substituído por Pedro Parente em abril.

Diferentemente do ano passado, em que a companhia sofreu com a sobreoferta de frango e suínos no Brasil, em 2019 a produção está ajustada, o que permite a recuperação dos preços, indicou o executivo. Além disso, as cotações dos grãos que compõem a ração de aves e suínos (basicamente, farelo de soja e milho) apresentam tendência de "estabilidade". Em 2018, esses custos prejudicaram os resultados. Apesar disso, o resultado operacional do quarto trimestre, um período sazonalmente mais forte devido às festas de fim de ano, desapontou. Em relatório, o BTG considerou "fraco" o resultado da companhia e recomendou cautela aos investidores.

A fundação tem 43 fundos de investimentos em participações (FIPs) com mais de 160 empresas investidas, e exposição especialmente relevante em ativos de óleo e gás. Hoje, a carteira está avaliada R\$ 700 milhões. Uma eventual venda dos ativos está em avaliação, mas não deve ser significativa como no caso da Petros.